



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Amom Mandel - Cidadania/AM

Apresentação: 20/12/2023 08:54:40.993 - MESA

RIC n.3213/2023

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° , DE 2023

(Do Sr. AMOM MANDEL)

Requer informações ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima acerca das medidas e estratégias adotadas para conter e prevenir o desmatamento ilegal no Amazonas, considerando a “Operação Dríade” conduzida pelo IBAMA, que resultou em mais de R\$ 1 milhão em multas apenas no início de dezembro, evidenciando a gravidade do desmatamento na região.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a, com base no art. 50 § 2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 115, inciso I e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvida a Mesa, solicitadas informações à Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Senhora Marina Silva, acerca das medidas e estratégias adotadas para conter e prevenir o desmatamento ilegal no Amazonas, considerando a “Operação Dríade” conduzida pelo IBAMA, que resultou em mais de R\$ 1 milhão em multas apenas no início de dezembro, evidenciando a gravidade do desmatamento na região. Neste contexto, solicito:

- a) Diante das informações apresentadas, considerando o aumento das queimadas na região de Autazes e Manacapuru e a correlação com o desmatamento, como o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima pretende intensificar as ações de prevenção e combate a práticas ilegais que contribuem para essa degradação ambiental na Amazônia?





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Amom Mandel - Cidadania/AM

Apresentação: 20/12/2023 08:54:40.993 - MESA

RIC n.3213/2023

- b)** Diante da Operação Dríade, que resultou na aplicação de multas expressivas e na apreensão de equipamentos utilizados no desmatamento ilegal, quais estratégias o governo federal planeja adotar para evitar a reincidência dessas práticas e assegurar a eficácia das ações fiscalizadoras do Ibama?
- c)** Considerando que o desmatamento próximo a Manaus contribuiu para os problemas de fumaça na região, qual é o plano do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima para enfrentar e mitigar os impactos adversos à saúde e ao meio ambiente causados por eventos como incêndios florestais?
- d)** Frente à identificação de municípios, como Autazes, com altos índices de desmatamento, como o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima pretende envolver as comunidades locais e demais stakeholders no desenvolvimento de estratégias sustentáveis para a preservação da floresta amazônica?
- e)** Considerando a aplicação de multas e o embargo de áreas degradadas como medidas punitivas, como o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima planeja incentivar práticas de recuperação ambiental e reflorestamento por parte dos infratores, visando não apenas a penalização, mas também a restauração efetiva do ecossistema degradado na Amazônia?

Por oportuno, também, solicito o encaminhamento de outras informações e/ou documentos que Vossa Excelência julgar necessário.



Praça dos Três Poderes - Anexo IV – Gabinete 760 - Câmara dos Deputados - CEP: 70.160-900 – Brasília/DF

Contato: (61) 3215-5760 e-mail: dep.amommandel@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233325423800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel



* C D 2 3 3 3 3 2 5 4 2 3 8 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Amom Mandel - Cidadania/AM

Apresentação: 20/12/2023 08:54:40.993 - MESA

RIC n.3213/2023

JUSTIFICAÇÃO

Primeiramente, considerando a competência ministerial do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima no que tange à supervisão, planejamento e implementação de políticas públicas relacionadas à preservação ambiental e ao uso sustentável dos recursos naturais, é plenamente justificável o envio de requerimento de informações a esse órgão governamental. O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima detém responsabilidades essenciais na definição de estratégias e ações que visam mitigar impactos ambientais, promover a conservação da biodiversidade e garantir a qualidade dos recursos hídricos, entre outras funções.

Dito isto, justifica-se o direcionamento deste requerimento.

No cenário da Amazônia, onde a natureza exuberante e a biodiversidade única coexistem, surge uma preocupante realidade: o desmatamento ilegal. Recentemente, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) lançou a Operação Dríade, iniciada em 3 de dezembro, visando combater e penalizar a ação criminosa que vem ocorrendo em Autazes e Manacapuru, cidades localizadas no estado do Amazonas.

A contundente ação do Ibama resultou na aplicação de mais de R\$ 1 milhão em multas, evidenciando a gravidade do desmatamento em uma área de 500 hectares. A Operação Dríade, até o momento, já emitiu nove multas, totalizando mais de R\$ 1,3 milhão, na tentativa de frear práticas que colocam em risco não apenas a flora e fauna amazônicas, mas também todo o equilíbrio ambiental do bioma.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Amom Mandel - Cidadania/AM

Apresentação: 20/12/2023 08:54:40.993 - MESA

RIC n.3213/2023

Além das sanções financeiras, a Operação Dríade foi além, confiscando equipamentos e ferramentas utilizados no processo de desmatamento, como motosserras e combustíveis. Essa atitude busca não apenas punir os responsáveis, mas também desestruturar as operações ilegais que utilizam métodos prejudiciais, como o fogo, para promover o desmatamento desenfreado.

O município de Autazes, onde parte significativa do desmatamento foi identificada, destaca-se como o sétimo no Amazonas com maior índice de queimadas e derrubada de florestas. Essa triste realidade não é única, uma vez que os seis primeiros da lista estão concentrados no sul do estado, contribuindo para os alarmantes 55% dos focos de calor observados na região.

Um ponto importante levantado pelo Ibama é a conexão direta entre as queimadas e incêndios florestais na região com o fenômeno da fumaça, que afetou a área de Manaus nos meses de outubro e novembro de 2023. Joel Araújo, Superintendente do Ibama-AM, ressaltou: "O desmatamento cresceu nas proximidades de Manaus, o que colaborou com as queimadas e fumaça."

A ação fiscalizadora do Ibama utiliza modernas tecnologias, como análise de imagens de satélite e técnicas de geoprocessamento, para localizar focos de desmatamento. Quando infrações ambientais são detectadas, os responsáveis enfrentam não apenas multas expressivas, mas também processos judiciais nas esferas civil e criminal. Adicionalmente, estão sujeitos a auditorias rigorosas relacionadas à documentação das propriedades rurais.

As consequências do desmatamento não se limitam apenas às multas. Mais de 462 hectares de área degradada foram embargados com o objetivo de promover a regeneração natural, um esforço para reparar os danos causados ao ecossistema.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Amom Mandel - Cidadania/AM

Apresentação: 20/12/2023 08:54:40.993 - MESA

RIC n.3213/2023

O Ibama ressalta que a supressão vegetal e o uso do fogo sem licença ambiental podem resultar em autuações substanciais, chegando a até R\$ 7,5 mil por hectare. Essa medida visa não apenas penalizar os infratores, mas também desencorajar práticas que ameaçam a vitalidade da Amazônia, um patrimônio natural de valor inestimável para o Brasil e o mundo. A Operação Dríade representa, portanto, um passo firme na preservação desse tesouro e na construção de um futuro mais sustentável para as gerações vindouras.

Nesta esteira, faz-se necessária a solicitação de informações, compreendendo que o acesso aos dados da administração pública é um direito que consta no artigo 5º da Constituição Federal e em diversos normativos do país, em especial na Lei de Responsabilidade Fiscal, e na Lei de Acesso à Informação, legislações que garantem o acesso aos documentos de caráter administrativo oficial, tanto em nível federal, estadual e municipal, desde que não seja de ordem pessoal e não possuam natureza sigilosa.

Há também a Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011) que garante que quem solicitar a informação irá recebê-la, seja pessoa física ou jurídica, sem sequer precisar esclarecer um motivo para o mesmo. Promulgada em 2011, esta legislação estabelece que todas as esferas de governo, incluindo o Governo Federal, devem fornecer informações públicas de forma clara, acessível e transparente. Ela assegura o direito de qualquer cidadão obter informações sobre ações governamentais, desde políticas públicas até dados orçamentários. Além disso, o governo é obrigado a responder a pedidos de informação dentro de prazos definidos, salvo em casos de sigilo legalmente justificável.

Dessa forma, buscando cumprir o meu papel representativo dos interesses da sociedade, entendo que é crucial assegurar a transparência, esclarecer dúvidas e estimular a fiscalização, a presente solicitação de informações tem o intuito de





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Amom Mandel - Cidadania/AM

auxiliar na busca por soluções, respeitando o interesse público e visa garantir um sistema mais justo, acessível e eficiente para todos os brasileiros.

E sabendo da extrema importância dessa matéria e entendendo a necessidade que o cidadão possui em ter acesso a informações relacionadas ao tema, para poderem avaliar se as políticas estão sendo efetivadas e se as prioridades do governo estão alinhadas com as suas necessidades, solicite as informações aqui requeridas e apoio para aprovação do presente requerimento de informações.

Sala de sessões, em de de 2023.

Deputado AMOM MANDEL
Cidadania/AM



Praça dos Três Poderes - Anexo IV – Gabinete 760 - Câmara dos Deputados - CEP: 70.160-900 – Brasília/DF

Contato: (61) 3215-5760 e-mail: dep.amommandel@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD233325423800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel

Apresentação: 20/12/2023 08:54:40.993 - MESA

RIC n.3213/2023



* C D 2 2 3 3 3 2 5 4 2 3 8 0 0 *